





# ACERTEI NO MILHAR!

Estudos analisam poder do jogo do bicho  
na criação da modernidade nacional

CARLOS HAAG

ILUSTRAÇÕES GUILHERME LEPÇA

**E**m *História do Brasil* (1932), o poeta Murilo Mendes definiu o que chamou de *Homo brasiliensis* de forma enfática: “O homem é o único animal que joga no bicho”. Curiosamente, como nota o antropólogo Roberto DaMatta, autor de *Águias, burros e borboletas: um estudo antropológico do jogo do bicho*, “instituições capitais para o entendimento do Brasil como o carnaval, o futebol e o jogo do bicho são praticamente banidas da reflexão intelectual, vistas como provas de ignorância, atraso cultural e expressão da nossa perene tendência para a corrupção e o crime”. Há décadas arrastam-se no Legislativo debates sobre a legalização ou não da “fezinha”, sem resultados, ainda que, no ano passado, tenha sido “descoberto” um ponto de apostas do bicho que funcionava há 15 anos dentro do Congresso Nacional. Há, ainda, quem aponte os bicheiros como “patronos” iniciais do narcotráfico e criadores de uma versão tropical da máfia no país. Apesar disso, em todo Carnaval é possível ver, em jornais e revistas, fotos de presidentes de escolas de samba, na sua maioria supostos bicheiros, que estariam

presentes também na cúpula da oficializada Liga das Escolas de Samba, a Liesa.

Como entender que um jogo inocente, iniciado em 1892 por um nobre, o barão de Drummond, idealizado como forma de manter em funcionamento um símbolo da civilização que chegava aos trópicos, o Jardim Zoológico de Vila Isabel, tenha se transformado numa polêmica contração em tão pouco tempo? “A repressão ao jogo do bicho nunca foi uma questão moral ou legal. Antes, ela representou, desde o início, o desejo do Estado em regular o comportamento das classes populares brasileiras. Estudar a história do jogo do bicho é entender a crescente criminalização da vida cotidiana no começo do século XX, resultado das mudanças que acompanharam a transição da sociedade brasileira de uma sociedade escravista para outra capitalista, de consumo, cuja versão urbana foi fundada sobre o cerceamento da vida das pessoas comuns, no âmbito privado e público”, explica a historiadora Amy Chazkel, da City of New York University, que lança, neste mês, nos EUA, o estudo *Laws of chance: Brazil's clandestine lottery and the making of urban public life* (Duke University Press). “A instituição



‘jogo do bicho’ não foi criação de um barão empreendedor, mas nasceu da interação entre o Estado e a população. Ela desafiou as loterias legais, que davam dinheiro para o governo, representou as tendências liberais que as associações comerciais e o Legislativo tentaram erradicar e parecia confirmar os medos das elites sobre as tendências entrópicas da classe trabalhadora, seu desejo de ganhar dinheiro sem trabalhar por ele e o descaso que tinham pelas leis.” Ou, nas palavras de DaMatta: “O jogo do bicho faz jus à imensa criatividade do brasileiro pelo que destila de utopia e generosidade, o que explica por que tem, como o gato, sete vidas, apesar das perseguições policiais dos governantes burros e de uma elite águia, que sempre foi mais patife do que nobre”.

**Zoológico** - Amigo e sócio do barão de Mauá, João Batista Vianna Drummond (1825-1897) comprou, em 1872, uma vasta chácara na encosta da serra do Engenho Novo, onde, no ano seguinte, implantou a Companhia Arquitetônica, cujo objetivo era a criação de um bairro amplo com bulevares, nos moldes franceses em oposição ao urbanismo lusitano, de ruelas, do Rio. Abolicionista, Drummond batizou a região de Vila Isabel em homenagem à princesa. Um projeto moderno, o bairro oferecia opções de lazer e uma ligação de bonde com o centro da cidade. No espírito científico e civilizatório da época, o barão reservou 300 mil metros quadrados

para a instalação de um zoológico, que seria referência para estudiosos brasileiros. Usando seus contatos com o Estado, Drummond solicitou, e conseguiu, uma subvenção para o funcionamento do parque, aberto em 1888 e que lhe rendeu o título de barão das mãos do imperador. Dois anos mais tarde, argumentando a insuficiência do auxílio municipal, voltou a pedir ajuda, dessa vez sugerindo que poderia obter recursos sem onerar os cofres públicos se fosse permitido que explorasse jogos lícitos (o Código Penal de 1890 proibia jogos de azar) no interior do zoológico. Entre esses, o jogo do bicho: o visitante recebia um tíquete com a figura de

↳  
**O jogo do bicho  
faz jus à imensa  
criatividade do  
brasileiro pelo que  
destila de utopia  
e generosidade,  
diz DaMatta**

um animal impressa; no final do dia, abria-se a caixa que ficava pendurada perto do portal de entrada do parque, onde estava um quadro retratando o animal do dia, escolhido previamente pelo barão de uma lista de 25 bichos. O primeiro sorteio, em que deu “avestruz”, aconteceu em julho de 1892 e o vencedor teve direito ao prêmio de 20 mil-réis, 20 vezes o preço pago pela entrada. Duas semanas, deu “cachorro” e o sortudo embolsou 2 contos de réis, prova do crescimento rápido de público em razão do sorteio. Jornais comentavam a falta de espaço nos bondes para Vila Isabel e foram criadas novas linhas para dar conta da demanda. Esperto, o barão, em pouco tempo, oferecia a venda de bilhetes para o zoológico em estabelecimentos no centro da cidade, o que permitia participar a distância. O passo definitivo para o sucesso do bicho foi quando o parque passou a permitir que se pudesse escolher, na compra das entradas, um animal em particular. O sorteio virou jogo de azar.

**E** o jogo se transformou em “febre”: “Hoje, no Rio, o jogo é tudo. Não há criados, porque todos passam o dia a comprar bilhetes de bichos. Ninguém trabalha! Todo mundo só joga”, reclamou, parnasiano, o poeta Olavo Bilac. “A institucionalização do ideal de igualdade política e o fim da ordem imperial, numa sociedade em que o trabalho era marca da escravidão, trouxeram à tona a febre especulativa e consolidaram um jogo barato, fácil e sem pretensão. Um jogo marcado pelo apelo mitológico e totêmico familiar que mapeava e relacionava animais, números e dinheiro e com isso reunia simbolicamente os pobres aos ricos e os inferiores aos poderosos”, observa DaMatta. A República, porém, chegara disposta a regular um país que, afirmavam, a lassidão da monarquia condenava ao atraso. “O Estado policiava tanto os capitalistas poderosos quanto os pequenos negócios e os vendedores de rua, tudo o que operasse fora dos limites legais da regulação estatal. Nesse movimento, criou-se uma ‘zona cinza’ de empreendimentos incontrolláveis que marcou a transição do Império para a República. O jogo



do bicho ficou cada vez mais popular e se ramificou por entre o pequeno comércio, e a perseguição ‘para inglês ver’ que se fazia aos jogos de azar até então ganha um novo objetivo: as preocupações morais sobre o jogo do bicho não surgiram porque era uma forma de jogar, mas porque era um tipo de comércio”, analisa Amy Chazkel. Afinal, continua a historiadora, o governo tinha mais a ganhar ao assinar contratos com grandes companhias do que ao permitir que os pequenos comerciantes, interessados em vender o jogo do bicho em meio aos seus negócios habituais, ocupassem as ruas da cidade livremente. “Daí a grita geral das elites e dos altos concessionários contra o jogo em petições e debates infinitos no Legislativo, o que revela o entendimento de que sempre que uma multidão se reúne e o dinheiro circula as pessoas encontram uma forma de burlar regras”, nota a pesquisadora.

A República igualmente investiu pesadamente na consolidação do conceito de contravenção, os pequenos delitos. “Havia uma crítica forte contra o extinto regime na forma de reprimir atividades que atentariam contra a moral e a ordem pública, como vadiagem, preguiça, bebedeira, jogos de azar e capoeira. Para o novo governo republicano, a lassidão imperial diante dessas afrontas à ‘moral e aos bons costumes’ revelava a decadência da monarquia”, observa Amy Chazkel. O “pequeno crime” passa a ser uma obsessão para a polícia, já que atingia um número maior de pessoas e estava diretamente ligado à burocracia policial e menos ao Judiciário. Juízes e policiais passam a disputar espaço na forma de lidar com a contravenção, criando um conflito de interesses: o Judiciário tinha a última palavra na legalidade da ação da polícia nas ruas, mas essa autoridade muitas vezes excedia a do magistrado em absolver um preso. Isso explica por que quase nenhum vendedor de bicho preso pelos policiais foi condenado até 1917, por “falta de provas”. “As classes menos protegidas sofreram os efeitos colaterais dessa disputa, exacerbada pela transformação do jogo do bicho em contravenção, já que os policiais lutavam pela preeminência nas ruas ao exercer seu poder de prender e reprimir. Nesse movimento, a polícia carioca não era leal nem ao Estado, nem aos populares, de



onde seus membros provinham. Havia a tendência, na contravenção, a lidar com suspeitos em base apenas em seus valores e identidades: alguém ‘conhecido por ser bicheiro’ podia ser preso mesmo que não estivesse vendendo bilhetes”, diz Amy. “Mais importante, a experiência deste *modus operandi* contra o jogo foi transferida, mais tarde, para o campo da política. A polícia usou as armas desenvolvidas para combater jogos e outras pequenas contravenções e as usou para reprimir a dissidência política nascida com as movimentações trabalhistas. Juridicamente, o bicheiro e o criminoso político eram a mesma coisa. Alguém era preso por ‘ser um conhecido líder comunista.’”

O jogo do bicho, por mais que perseguido, não era erradicado. “Pode-se entender a absolvição de envolvidos como a reação dos juízes aos excessos da polícia e a consciência do envolvimento de policiais com os contraventores. O bicho sobreviveu também porque se transformou numa parte extralegal da profissão policial. Assim, todos os envolvidos, de juízes aos policiais, ajudaram a criar um submundo urbano de contravenção”, nota a pesquisadora. “À medida que a repressão cresce o bicheiro se organizou para obter o efeito oposto. A repressão acaba sendo responsável pela organização do jogo, unindo os bicheiros e provocando uma expulsão dos ‘amadores’ ou banqueiros eventuais. É uma situação tipicamente brasileira: a perseguição ao jogo gera uma aprovação popular, o que lhe dava legitimidade social contra uma proibição legal elitista e mal intencionada. O governo vira o inimigo comum e torna a polícia presa fácil dos banqueiros de bicho, que a aliciam”, concorda DaMatta. Para quem vendia os bilhetes, engajar-se nesse comércio era uma carreira muito mais tentadora do que trabalhar numa fábrica. O jogo se transforma num aspecto totalmente normal do cotidiano, ainda mais numa época em que, como nota o historiador José Murilo de Carvalho, em *Os bestializados*, “a crença na sorte como meio de enriquecimento rápido e sem esforço era difundida em toda a sociedade carioca



nos primeiros anos da República”, em razão da intensa especulação financeira gerada pelo Encilhamento, que colocou grandes quantidades de dinheiro em circulação, sem lastro, a expressão característica desse “capitalismo sem ética protestante”. “Não sem razão, a intelectualidade carioca usou o jogo do bicho como metáfora da especulação financeira do Estado”, lembra Amy. “Se um banqueiro pode falar seriamente em investimento, se um político apresenta um projeto de lei inspirado no liberalismo, o jogo do bicho é uma versão popular e barata dessas coisas. Se imaginarmos que o jogador do bicho é um humilde especulador situado no polo oposto, pode-se dizer que ele age inspirado por esse mesmo modelo, só que troca o Estado pelo sonho, o liberalismo pela cosmologia dos bichos e o apadrinhamento pelos palpites”, avalia DaMatta.

**E**m 1917, a repressão se intensificou com a chamada “campanha mata-bicho”, mas a loteria clandestina, mais do que sobreviver, emergiu mais forte, concentrada, profissionalizada, com um código de ética que, para a população, era “mais confiável” do que o apresentado pelo Estado. “Não se pode esquecer que, nessa lógica capitalista, o bicheiro era capaz de igualar práticas legais ao transformar um pedaço de papel numa nota promissória. A lendária confiança nos operadores do jogo nasceu do contraste implícito com os operadores não confiáveis do Estado. Para a maioria dos brasileiros que não eram da elite, o Estado era sinônimo de sistema judiciário criminal e ponto”, diz a historiadora. “Os banqueiros acessíveis e populares mantêm com o apostador um elo transitório, mas definido pela lealdade e confiança, porque os dois compartilham o mesmo sistema de crenças. Todos são tratados com respeito. E o cidadão busca tanto seus direitos políticos quanto o respeito. Não se trata, então, de uma sociedade defeituosa porque valoriza o ganho fácil, como querem alguns críticos, mas de um sistema que discerne o valor do dinheiro como um instrumento privilegiado para a construção da ‘pessoa’”, nota DaMatta. Assim, continua, o jogo adota a promessa capitalista do sucesso monetário, proporcionando a mudança de posição social, mas, dife-

rentemente do capitalismo ortodoxo, não compactua com a indiferença social instituída com a redução individualista e mercadológica.

Um fator notável do jogo do bicho, já em seus primórdios, foi a sua ligação com a cultura popular, pois muitos de seus primeiros banqueiros foram os empreendedores pioneiros do entretenimento nacional, como Paschoal Segreto, um dos introdutores do cinema no país. Antes das projeções dos filmes, Segreto exibia 26 anúncios, sempre retirando, de propósito, um deles, transformando o cinematógrafo num jogo de azar como o bicho. “O jogo do bicho foi para muitos cariocas o primeiro contato com o divertimento público comercializado. Novas invenções viravam um subterfúgio para empreendedores em busca dos lucros do bicho. Ao mesmo tempo, os ganhos do submundo permitiam que esses mesmos empreendedores pudessem investir no *show business* ou, no caso de Segreto, no cinema”, nota Amy.

O próximo passo será o Carnaval. “Desde o início, quando as escolas de samba colhiam contribuições para o desfile, os bicheiros já estavam entre os

colaboradores. À medida que a cidade cresceu, o jogo do bicho acompanhou a expansão das suas áreas periféricas, em especial a partir da proibição dos jogos de azar pelo governo Dutra em 1946. Nelas a patronagem preencheu ao longo desses muitos anos os imensos vazios administrativos deixados pelo poder público em áreas carentes”, observa a antropóloga Laura Viveiros de Castro, do Departamento de Antropologia Cultural da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e autora de *Carnaval carioca: dos bastidores ao desfile*. “O desfile das escolas permitiu a integração positiva do bicheiro à sociedade metropolitana. Escolas até então pouco competitivas, como a Mocidade ou Beija-Flor, passaram a batalhar efetivamente pelo Carnaval em razão do patrocínio dos bicheiros. Essa ‘modernização’ reforça o controle da rede do bicho sobre seus territórios, revela uma hierarquia da clandestinidade na cidade, e não retira o móvel não econômico e interessado do mecenato do jogo do bicho no Carnaval: o dinheiro do patrono é também um ‘investimento social’ cujo retorno é o prestígio e a simpatia da população.” “Envolvendo-se







Segundo analistas,  
é possível  
estabelecer uma  
ligação entre o  
bicho e o tráfico  
de drogas, mas a  
relação é polêmica

com as escolas, os banqueiros do bicho (bicheiros são os ‘funcionários’, os empregados) ganhavam o que precisavam para desenvolver seus negócios em paz. Acho possível também que a ligação com as escolas tenha sido uma via de lavagem de dinheiro do jogo”, completa o historiador Luiz Antonio Machado Silva, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e autor, ao lado de Filipina Chineli, do estudo *O vazio da ordem: relações e políticas entre as escolas de samba e o jogo do bicho*. Segundo eles, foi a partir da década de 1960 que se consolida a “patronagem” nas escolas, coincidindo com o momento em que município e governos federal e estadual repassam a responsabilidade financeira do Carnaval da esfera pública para a privada, ao mesmo tempo que a festa muda sua estética da “festa” para o “show”, o que fez os custos de produção crescer imensamente. Os banqueiros, então, entram em cena, e o ápice da relação se dá com a criação, em 1985, da Liesa, que ratifica o domínio dos banqueiros sobre as escolas e as relaciona com os órgãos públicos. “De certa forma, então, o poder público ‘permitiu’ que as escolas fossem

progressivamente controladas pelos banqueiros. As camadas populares não saem ganhando nisso, pois permanecem numa posição subalterna, submetidas política e ideologicamente”, nota Silva. “As escolas aceitam esse apoio de forma pacífica e sem questionar sua legitimidade por causa da inserção sociocultural do jogo do bicho. Afinal, o próprio samba precisou se legitimar e se tornar ‘legal’, ao se organizar nas escolas de samba, para passar da ‘transgressão’ para a ‘ordem’. Ao mesmo tempo, samba e bicho sempre foram atividades relacionadas entre si porque eram comuns ao mesmo estrato social”, analisa o pesquisador.

**Samba** - A relação se “profissionaliza” com a Liesa, que, controlada pelos banqueiros do bicho, passa a intermediar as relações entre o Estado, o mercado e a comunidade. As escolas passam a se autofinanciar com os ganhos das transmissões pela TV, discos etc., mas os “donos das escolas” continuam a afeirir os dividendos sociais e políticos da “patronagem” dos desfiles e do trabalho assistencial, sem, no entanto, arcar com seu dinheiro para tanto. Em tempos

eleitorais, acesso ao bicho e às escolas é fundamental e os banqueiros conseguiram encampar ambos os benefícios. “Por sua rede social, sua capacidade de dominação e sua expressão política, os banqueiros do jogo se transformaram, durante muito tempo, numa organização algo semelhante à máfia americana do jogo, ainda que em proporções bem menores”, afirma o cientista social Michel Misse, professor do Departamento de Sociologia da UFRJ e autor do estudo *Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro*. “Até a chegada do tráfico de drogas nas favelas, o jogo do bicho foi o mercado ilícito mais importante, tradicional e poderoso. Sua capacidade de atração de força de trabalho do submundo criminal sempre foi grande, em especial oferecendo emprego e proteção a ex-presidiários.”

**H**á quem afirme ainda a ligação entre o bicho e o tráfico carioca, embora a dimensão dessa união seja fonte de controvérsia entre os especialistas. “Ao final da década de 1970 a imprensa já revelava a articulação entre o bicho e o tráfico. É plausível a vinculação entre o bicho e o narcotráfico, mas se pode notar que ao longo dos anos 1990 o jogo conheceu sinais claros de decadência e o tráfico deu sinais claros de crescimento. Isso não quer dizer que pessoas do jogo não tenham migrado para o tráfico, mas esse já não tem mais no bicho a base de suas operações, como no início. Parece ter ocorrido uma absorção por parte dos traficantes quanto ao ‘caminho das pedras’ ensinado pela contravenção em termos de corrupção de policiais e autoridades, formas de investimentos para obter apoio (como apoio à comunidade, clubes etc.), maneiras de investir o dinheiro etc.”, avalia o geógrafo Helio de Araujo Evangelista, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e autor de *Rio de Janeiro: violência, jogo do bicho e narcotráfico*. Os banqueiros do bicho estão mudando de negócio. “Herdeiros de banqueiros substituíram o bicho pelo controle da distribuição de caça-níqueis em bares e bingos clandestinos das cidades, com o apoio de policiais”, acredita Misse. ■